

Jessica da Silva Alves
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Adriana Martins de Oliveira
Jorge Fernandes Jales Neto
Saulo Medeiros Diniz
Cássio Rodrigo da Costa Almeida

CONTABILIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN: UM ENFOQUE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO SETOR



2022

Jessica da Silva Alves
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Adriana Martins de Oliveira
Jorge Fernandes Jales Neto
Saulo Medeiros Diniz
Cássio Rodrigo da Costa Almeida

CONTABILIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN: UM ENFOQUE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO SETOR



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Dandara Goulart Mello

Lidiane Bilchez Jordão

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

**CONTABILIDADE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JARDIM DE
PIRANHAS/RN: UM ENFOQUE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO SETOR.**

Todo o conteúdo desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará



Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C759 Contabilidade ambiental na indústria têxtil de Jardim de Piranhas/RN
[livro eletrônico] : um enfoque nos impactos ambientais do setor /
Organizadora Jessica da Silva Alves... [et al.]. – Rio de Janeiro,
RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-103-7

DOI 10.47402/ed.ep.b20221816037

1. Contabilidade. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Alves,
Jessica da Silva, 1991-. II. Oliveira, Auris Martins de, 1968-.
III. Valdevino, Rosângela Queiroz Souza, 1984-. IV. Silva, Sérgio Luiz
Pedrosa, 1965-. V. Oliveira, Adriana Martins de, 1974-. VI. Jales
Neto, Jorge Fernandes, 1965-. VII. Diniz, Saulo Medeiros, 1980-.
VIII. Almeida, Cássio Rodrigo da Costa, 1974-.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



Sumário

PREFÁCIO.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1. CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	10
2.1.1 Retrospecto histórico.....	10
2.1.2 Relevância para as entidades.....	13
2.2 CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	15
2.2.1 – Ativos ambientais.....	15
2.2.2 – Passivos ambientais.....	16
2.2.3 - Gastos, custos, despesas e receitas ambientais.....	17
2.3 RELAÇÃO INDÚSTRIA TÊXTIL E CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	20
2.3.1 Aspectos gerais da indústria têxtil.....	20
2.3.2 Aspectos locais da indústria têxtil.....	21
2.3.3 Gestão ambiental e responsabilidade social das entidades.....	24
2.4 IMPACTOS AMBIENTAIS.....	25
3 METODOLOGIA.....	28
4 RESULTADOS.....	30
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44
AUTORES.....	46

Prefácio

Caro leitor,

Ao fazer uma menção sobre as autoras e autores, Jessica da Silva Alves, professoras Rosângela Queiroz Souza Valdevino, Adriana Martins de Oliveira, professores Auris Martins de Oliveira, Sérgio Luiz Pedrosa Silva, Jorge Fernandes Jales Neto, Saulo Medeiros Diniz, Cassio Rodrigo da Costa Almeida, membros em sua maioria do Grupo de Pesquisas em Gestão, Finanças e Contabilidade (CNPq/UERN/PROPEG), promove naturalmente uma tranquilidade em recomendar a leitura desta obra.

Muito embora as tratativas contenham a técnica da informação dos assuntos relevantes da contabilidade para a sociedade em geral, insere toda a abrangência ambiental provocando uma reflexão no leitor sobre a interação das atividades das empresas e seus eventuais impactos na natureza, gerando um protagonismo em todo contexto.

O livro exercita a interdisciplinaridade, a partir da ciência contábil em um diálogo permanente com o meio ambiente natural, tendo como pano de fundo o desenvolvimento sustentável. Tanto os capítulos introdutórios quanto os demais que abordam questões mais aprofundadas, oferecem ao leitor uma oportunidade de experienciar o exercício de que tipo de desenvolvimento se deseja e almeja. Essa reflexão possibilita aos diversos atores desse processo, um aprendizado a partir de sua perspectiva e experiência.

Esta obra foi pensada com objetivo de que o leitor possa utilizar seus achados como fonte de dados para o progresso da ciência com foco no desenvolvimento sustentável. Mas, numa visão ambientalmente responsável e com compromisso socioambiental e ético, ampliando o leque de opções de fontes para futuras pesquisas, com uma dimensão ampla que a contabilidade, assim como todas as demais áreas do conhecimento humano, deve ter em relação ao respeito e sustentabilidade da vida no planeta.

Boa leitura!

Dr. Alex Martins de Oliveira

Professor Titular de informática, Redes de Computadores e Tecnologia em Sistemas para Internet do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, RS, Brasil. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISNOS). Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).




1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as questões ambientais está em ascensão no mundo. Os vários problemas que o meio ambiente vem sofrendo ao longo dos anos tomam proporções cada vez maiores. E a escassez de recursos naturais, bem como a degradação ambiental, é assunto sempre em pauta. Não por ser novo, mas devido à gravidade dos impactos causados à natureza e, conseqüentemente, à sociedade. Isso faz com que haja a preocupação em se discutir alternativas socioambientais nas mais variadas áreas de conhecimento.

Na busca por um desenvolvimento mais sustentável, essas alternativas são vistas como uma forma de evolução. Pois os aspectos intangíveis começam a ocupar lugar de destaque, onde as corporações deixam de voltar-se apenas para o cenário interno corporativo e passam a observar e levar em consideração as variáveis mais remotas à empresa. Mediante isto, as organizações passam a dar maior importância as questões ambientais, buscando valorizar os elementos naturais e pensar em um sistema idealizado de desenvolvimento, preocupando-se em arquitetar uma gestão sustentável e procurando adotar uma postura responsável em relação ao meio ambiente.

É notória a discussão acerca dos problemas ambientais, bem como o comprometimento por parte das entidades para com estes. Desse modo, em decorrência da necessidade em se adotar uma gestão voltada aos aspectos ambientais, nasce a contabilidade ambiental, que busca estabelecer uma relação harmônica com o meio ambiente, otimizando a utilização de recursos e reduzindo o descarte de resíduos. Nesse contexto, a contabilidade ambiental vem a ser uma conquista de enorme valor à classe contábil, auxiliando na gestão ambiental das empresas.

Muito embora o compromisso ambiental por parte das organizações esteja em evidência, ainda há muitas empresas que não se valem da contabilidade ambiental em sua gestão, por darem pouca importância ao fato de os elementos ambientais ainda não possuírem uma clara mensuração, sendo muitas vezes ignorados. Ribeiro (2010) afirma que inexistem mecanismos de mensuração, até o momento, adequados para definir os valores dos recursos naturais existentes. Todavia, ainda que a mensuração de grande parte dos bens naturais seja complexa, sua evidenciação é de suma importância, uma vez que a divulgação dos eventos ambientais está relacionada à responsabilidade social da entidade, já que conforme Marion, Dias e Traldi (2010), contabilidade é a ciência que estuda a formação e variação, registra e controla o patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não.



Em vista disso, no tocante ao ponto de vista teórico, acredita-se que este livro possa representar uma contribuição para expor a relevância da contabilidade ambiental para controle e minimização dos impactos ambientais causados pelo setor têxtil de Jardim de Piranhas/RN. Isso porque as empresas do ramo têxtil necessitam de gestões voltadas às questões ambientais, valendo-se de uma contabilidade social, incorporando recursos humanos aos aspectos financeiros, ao meio ambiente e ao caráter ético. Assim, a valorização da contabilidade ambiental configura-se como um elemento maximizador da responsabilidade socioambiental corporativa.

Isto posto, faz-se urgente estudar essa ferramenta contábil para demonstrar o grau de relevância desta para a indústria têxtil de Jardim de Piranhas/RN, a fim de auxiliar os gestores destas organizações em suas tomadas de decisões, objetivando a redução ou eliminação dos impactos ambientais e, assim, melhorando a responsabilidade socioambiental corporativa, bem como sua imagem perante a sociedade. Dessa maneira, este estudo justifica-se pela ascensão da relevância dessa ferramenta contábil à gestão das indústrias têxteis, visto que esta desempenha um valioso e importante papel na economia local da cidade de Jardim de Piranhas/RN.

Diante das reflexões explanadas, surgiu a seguinte questão, qual a relevância da contabilidade ambiental para controle e minimização dos impactos ambientais causados pelo setor têxtil de Jardim de Piranhas/RN?

Esta pesquisa tem como objetivo geral expor a relevância da contabilidade ambiental para controle e minimização dos impactos ambientais causados pelo setor têxtil de Jardim de Piranhas/RN. E como objetivos específicos: investigar a indústria têxtil quanto ao uso de recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades; analisar a aplicabilidade da contabilidade ambiental na indústria têxtil e diagnosticar como a mesma pode contribuir com a indústria têxtil, identificando os passivos ambientais, eventualmente causados por impactos ambientais oriundos dos processos industriais deste setor.

Para argumentar sobre as informações contábeis das empresas que compõem o ramo têxtil pesquisado, ou que serviram de cenário à investigação, estruturou-se esse livro, além destas considerações iniciais, com o referencial teórico, que contemplará a contabilidade ambiental em seus conceitos básicos, retrospecto histórico e relevância às entidades, assim como os aspectos da indústria têxtil e sua interação com o meio ambiente e os impactos ambientais. Já no capítulo de análise dos dados, ou da realidade empírica captada, serão



observadas a presença dos passivos ambientais e sua gestão, onde pode ser notada a análise dos processos produtivos têxteis em seus aspectos ambientais, encerrando-se com as considerações finais.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONTABILIDADE AMBIENTAL


2.1.1 Retrospecto histórico

Nesta parte do trabalho, será feita uma abordagem teórica sobre a interação das questões ambientais e contábeis. Segundo Ferreira (2011), embora a preocupação com o meio ambiente date do século XIX, somente no século XX foi que se passou a ter repercussão na sociedade. A partir desse último século passou-se a existir a noção de que o problema ambiental é de responsabilidade globalizada, não somente local. Isto é, a responsabilidade para com as questões ambientais não se limita a um pequeno grupo de pessoas, mas a todo mundo; haja vista que o impacto recai sobre toda a nação.

Somente em 1972, em Estocolmo, na Suécia, foi realizada a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas (CNUMAD). Com repercussão mundial, esse evento marcou o primeiro salto de reconhecimento e preocupação para com o meio ambiente (FERREIRA, 2011). A CNUMAD foi a primeira atitude mundial a tentar organizar as relações do homem com meio ambiente, onde a sociedade científica já detectava graves problemas futuros, em virtude da poluição atmosférica provocada pelas indústrias (FERREIRA, 2011).

Ainda na década de 70, outro fato importante aconteceu. Ferreira (2011) descreve a realização do importante Seminário Internacional de Educação em Belgrado. O conteúdo da carta de Belgrado resume aspectos sobre a qualidade de vida ligada à felicidade humana, preservação e melhoria das potencialidades humanas e desenvolvimento do bem estar social e individual, no qual seria preciso conscientizar as pessoas e disponibilizar acesso sobre o problema ambiental, promover ações e desenvolver habilidades específicas de preservação, criar um método avaliativo para o que foi implantado e promover a participação de todos na solução de problemas (FERREIRA, 2011). Tudo isso no intuito de conscientizar, sensibilizar, responsabilizar e desenvolver a vida de modo sustentável.

Já sobre os fatos que marcaram a progresso das questões ambientais, no início dos anos 80, as empresas passaram focar suas ações no combate as causas, em vez de trabalhar as consequências. Ao mesmo tempo em que surgiu o ativismo ambiental, onde formações de



grupos passaram a pressionar as empresas, com o objetivo de mudarem suas políticas em relação ao meio ambiente (TINOCO e KRAEMER, 2011).


Esses autores asseveraram que no início dos anos 90, na Inglaterra, foi fundado o grupo estratégico consultivo sobre o meio ambiente, denominado *International Organization for Standardization* (ISO), no intuito de elaborar normas internacionais de proteção ao meio ambiente. Conforme Tinoco e Kraemer (2011) deu-se outro salto importante, nessa época, relativo à preservação do meio ambiente: a expressão “qualidade ambiental” tornou-se parte do cotidiano das pessoas. Qualidade ambiental refere-se a características do ambiente que afetam ou venham a afetar a saúde dos indivíduos, física e/ou mental. Isto é, a qualidade do ar e da água, a poluição sonora e visual, o acesso a espaços abertos e os efeitos que essas particularidades trazem à vida dos humanos e demais organismos vivos desse ambiente.

Vários acontecimentos, como já abordados, marcaram esse despertar para com os problemas ambientais no mundo. Mas foi em 1992, na ECO-92, desta vez realizada na cidade do Rio de Janeiro, 20 anos após a 1ª CONUMAD, segundo Ferreira (2011), onde foi firmado compromisso maior com o assunto pelos países participantes. Na ocasião, o conceito “ambientalmente correto” e de “desenvolvimento sustentável” passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade e, por consequência, também de um número maior de empresas.

Com todo o progresso em busca de práticas ambientais limpas, surgiu a necessidade em se registrar os fatos para um maior controle. Para tanto, fez-se necessário alicerçar essas informações numa base mais sólida que garantisse ao gestor maior confiança para a tomada de decisão. Assim, em 1998, a contabilidade fez nascer um valioso instrumento de evidenciação e qualidade dos fatos patrimoniais, um novo ramo, a contabilidade ambiental.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011), a contabilidade ambiental passou a ser reconhecida como novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a conclusão do ‘Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United National Intergovernmental Working Group of Expert on International Standards of Accounting and Reporting*).

Embora, em seu início, a nomenclatura “contabilidade ambiental” sugerisse novidade, não se fundou uma nova contabilidade, mas sim um novo canal da já tão conhecida ciência. A contabilidade ambiental apenas adaptou os objetivos e direcionou a atenção aos aspectos



ambientais, possuindo a intenção de identificar, mensurar, evidenciar e esclarecer os processos que estejam ligados a preservação, recuperação e proteção ambiental.


Nesse sentido, Ribeiro (2010) ratifica este raciocínio que diz que a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, um fracionamento da contabilidade ortodoxa. Adaptando os objetivos desta contabilidade já amplamente conhecida, a ambiental tem o papel de identificar, mensurar e divulgar os eventos e transações da corporação que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à transparência de suas políticas socioambientais.

Desse modo, a contabilidade ambiental tem a finalidade de conhecer, mensurar e elucidar fatos de cunho econômico-financeiros que estejam ligados a práticas de proteção, preservação e/ou recuperação ambiental. A divulgação das informações feitas pela contabilidade estende-se desde os ativos investidos, às despesas de correção ou manutenção, até as obrigações obtidas em favor do meio ambiente. Ou seja, tudo aquilo que for realizado em função de se reduzir os danos causados ao ambiente natural deve ser divulgado, cabendo a contabilidade fazê-lo.

Arelado a isso, segundo Christine et al (2019), a *Environmental Management Accounting* (EMA) tem sido gradativamente usada como uma forma de contabilidade para o usuário interno, centrada na gestão ambientalmente sustentável das práticas empresariais, controlar os gastos da gestão verde dos empreendimentos separadamente dos demais gastos que são objeto de registro e controle da contabilidade ortodoxa.

Os aspectos e condicionantes do sistema de contabilidade ambiental são semelhantes aos do sistema de gestão ambiental (SGA), contendo: políticas, estratégias, contas e relatórios ambientais, além de relatório de sustentabilidade corporativa, e balanço social (GONZALEZ e MENDOZA, 2020). A ênfase da contabilidade na administração das empresas combate veementemente muitos dos problemas ambientais (LIN, ZHANG e LIU, 2020).

Assim, a contabilidade ambiental é o processo que ajuda nas decisões e oferece condições de proteção ambiental, pois utiliza uma sistemática de registro e controle, valendo-se de dados econômicos e financeiros, oriundos da interação de entidades que exploram o meio ambiente. Permitindo, assim, o uso adequado dos recursos naturais e resultando em benefícios para as empresas e sociedade.



2.1.2 Relevância para as entidades


A pauta do debate econômico sobre a escassez de naturais é contínua e bastante antiga. Isso porque cada vez mais vem sendo necessário buscar soluções para a indisponibilidade de subsídios indispensáveis à vida. Diante dessa necessidade em recorrer a estratégias inteligentes para obtenção de políticas ambientais mais saudáveis e urgentes, a contabilidade do meio ambiente possui um importante papel para as empresas de forma geral. Visto que esta é de suma importância para se mensurar recursos ambientais e ajudar na criação de planos menos danosos, reduzindo não só o impacto ambiental como todo um acervo econômico/financeiro.

Bansal e Roth (2000) estudaram as motivações que levaram as corporações a se tornarem ecologicamente responsáveis, e desenvolveram um modelo para analisar o potencial de solução socioambiental empresarial, descrevendo as motivações para implantação de ações de produção limpa. E assim definiram o conceito de capacidade de resposta ecológica corporativa como sendo o conjunto de ações desenvolvidas em prol da produção verde.

A carência de recursos naturais, bem como os impactos ambientais, vigora em todo o globo. O fato de que muitos dos recursos naturais apresentarem declínio em seus estoques é alarmante. Isso, portanto, já é motivo suficiente para que se desenvolvam estratégias para minimizar agressões e pensar em alternativas que substituam, reutilizem, ou recuperem recursos naturais.

A contabilidade ambiental se apresenta como um importante instrumento de auxílio para que se desenvolvam e se apliquem planos empresariais sustentáveis, uma vez que através de suas ferramentas, é possível gerenciar de forma adequada os recursos. Arelada a sistemas de gestão de recursos ambientais, a contabilidade do meio ambiente é capaz de reduzir custos ambientais e constatar resultados significantes nas demonstrações contábeis da empresa e, ainda, construir uma imagem positiva de seus produtos à sociedade.

A contabilidade produz diversos benefícios potenciais às empresas e à sociedade em geral. Entre outros, ela identifica, mensura, aloca, gerencia e minimiza os custos, particularmente os ambientais. Isto proporciona a utilização mais eficiente de recursos ambientais, as ditas matérias primas; fornecendo informações para o processo decisório e contribuindo para uma eficaz política socioambiental corporativa (TINOCO e KRAEMER, 2011).



São muitos os benefícios trazidos pela contabilidade ambiental, pois, na medida em que esta possui ferramentas para identificar, avaliar, alocar e gerenciar os custos do processo produtivo, também encontra meios para a diminuição destes. Além da redução de custos, fornece informações cruciais para a administração, melhora a publicidade da empresa perante a sociedade e inibe o surgimento de passivos ambientais.

Ressalta-se a contabilidade ambiental ter grande importância na geração e processamento das informações, no que se refere ao desenvolvimento da conscientização ecológica. Porque, através dela, torna-se possível despertar no empresário o interesse de se implantar uma gestão voltada às políticas socioambientais, gerando benefícios não apenas financeiros, mas também sociais. Pois, uma vez em que se melhoram políticas empresariais, dando-se uma importância maior àquilo que é natural do ambiente, melhora-se a qualidade de vida da empresa, daqueles que a fazem e de toda a população envolta. O ganho é geral e de suma relevância à vida e à permanência desta.

Segundo Ferreira (2011), é papel da contabilidade fornecer informações que motivem as empresas a trilharem o desenvolvimento sustentável e evitarem projetos ou ações que causem danos ecológicos. Assim, a contabilidade assume a função de promover ideias sustentáveis a fim de conscientizar o empresário sobre a importância em se preservar o meio ambiente, cuidando bem dos recursos naturais, cruciais para a continuidade e bem estar da empresa, como também da sociedade como um todo. Além de alertar sobre todos os riscos que a negligência para com o meio ambiente pode acarretar a todos que dependem dele.

O uso mais eficiente dos recursos naturais, por intermédio da contabilidade ambiental e suas ferramentas, traz não só a chance de se reduzir custos do processo produtivo e reflexos positivos no resultado financeiro da empresa; mas promove benefícios para a natureza. Isto porque, quando esses recursos são usados de forma sustentável, cria-se um ambiente menos danoso, diminui-se ou extingue-se o surgimento de passivos ambientais, contribui-se social e ambientalmente com a população em geral e melhora-se a imagem da empresa no mercado. Em vista disso, a contabilidade ambiental permite a empresa vantagens competitivas, num mercado cada vez mais concorrido e rígido em várias esferas. As exigências mercadológicas e sociais pressionam as empresas a adotarem uma política de controle, preservação e recuperação ambiental, que garanta sua continuidade.



Na visão de Barbieri (2012), o crescimento da consciência ambiental, ao modificar os padrões de consumo, constitui uma das mais importantes armas em defesa do meio ambiente. Quando a empresa busca capturar oportunidades através do crescente contingente de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras, que tendem a reforçar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso, na qual a atuação mercadológica, marketing verde, como querem alguns, torna-se um instrumento de educação ambiental.


A alteração no padrão de consumo, através do desenvolvimento da consciência ambiental, compõe uma das mais importantes formas de defesa do meio ambiente. Toda vez que empresas ensejam oportunidades, por meio de ações autênticas e legais, através da casual e crescente consciência de consumo responsável, geram uma sucessão contínua de ações e reações que se retroalimentam virtuosamente; onde o marketing verde funciona como instrumento educativo no fortalecimento da cultura socioambiental.

Em suma, a contabilidade ambiental é relevante para as entidades por ser via de desenvolvimento de interesse socioambiental por parte dos empresários, por colaborar com a exposição positiva da empresa perante a opinião pública, por gerir de forma adequada e eficiente os recursos naturais, dando-lhes a destinação e uso corretos por fornecer informações cruciais para a tomada de decisão, evitando ônus por descumprimento das leis ambientais, por exemplo. Ainda, por facilitar uma economia de custos ou rendimentos adicionais na cadeia de produção e por reduzir os efeitos nocivos ao meio ambiente, colaborando com a sustentabilidade do planeta num momento em que se verifica a notória preocupação com o meio ambiente.

2.2 CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

2.2.1 – Ativos ambientais

Como já abordado, no decorrer deste livro, as entidades empresariais têm buscado, além do lucro, fornecer capitais que a auxiliem a conjuntura social na preservação ambiental. Logo, a adição de ativos ambientais demonstra-se fundamental nesse auxílio, uma vez que ao serem adquiridos aspiram contribuir com o controle, preservação e recuperação ambiental. Os ativos



ambientais representam os investimentos na área ambiental, ou seja, todos os bens e direitos com destinação para as atividades de gerenciamento ambiental.

Segundo Carvalho (2020), ativos ambientais são representados por todos os bens e direitos relacionados com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, que, por sua vez, estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para entidade.


Portanto, ativos ambientais correspondem aos estoques de insumos, acessórios, peças, equipamentos, máquinas e instalações, pesquisas e quaisquer outros utilizados no processo de extinção ou minimização dos níveis de poluição. São constituídos por todos os bens e direitos que tenham capacidade de, em períodos futuros, refletir positivamente nos resultados dos exercícios, de modo a não denegrir o meio ambiente.

A necessidade destes ativos torna-se mais necessária àquelas empresas cuja atividade empresarial representa alto potencial poluidor. Isso porque, quanto maior for o consumo de materiais não renováveis, maior a necessidade de se investir em alternativas sustentáveis. As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois os variados processos produtivos das muitas atividades econômicas devem abranger todos os bens utilizados no procedimento de proteção, controle, conservação e proteção ambiental. Desse modo, deverão ser classificados em contas contábeis específicas, fazendo-se a distinção e identificação adequada de cada um.

2.2.2 – Passivos ambientais

De acordo com Carvalho (2020), passivos ambientais são compreendidos como as obrigações da entidade oriundas de danos ou infrações causadas ao meio ambiente natural, ou financiamentos a serem aplicados na área ambiental que deles decorram a entrega futura ou presente de ativos ou a prestação de serviços. O passivo pode surgir em decorrência de atitudes positivas da entidade, desde que estas representem obrigações decorrentes de ações visando a recuperação, reparação ou gestão ambiental.

A evidenciação dos fatos contábeis, em particular dos passivos ambientais, é vista por boa parte dos gestores como desvantagem. Isso porque os passivos ambientais estão associados à degradação ambiental. No entanto, é importante lembrar que o passivo ambiental também pode decorrer de atitudes positivas, como gastos resultantes da preservação, conservação e



recuperação ambiental. De qualquer modo, seu registro é de suma importância, porque a ausência destes pode incorrer em lucros indevidos, além de apresentar resultados econômicos irreais. Somado a isto, a não prestação de contas com a sociedade descumpre o que diz respeito à responsabilidade social da empresa, uma vez que a obstrução destas permite que a empresa se esquive do dever de promover medidas de bem estar para o meio envolvido.

De acordo com Carvalho (2020), passivos ambientais são compreendidos como as obrigações da entidade oriundas de danos ou infrações causadas ao meio ambiente natural, ou financiamentos a serem aplicados na área ambiental que deles decorram a entrega futura ou presente de ativos ou a prestação de serviços. O passivo pode surgir em decorrência de atitudes positivas da entidade, desde que estas representem obrigações decorrentes de ações visando a recuperação, reparação ou gestão ambiental. Ou seja, por passivo ambiental entendem-se as obrigações originadas de danos ou infrações ambientais causadas pela empresa ou empréstimos a serem utilizados na área ambiental, sejam presentes ou passados e que disso provenha de oferta imediata ou futura de ativos e/ou prestação de serviços.


Desse modo, passivos ambientais correspondem aos benefícios econômicos ou aos resultados sacrificados em razão da necessidade de se preservar, recuperar, reparar e proteger o meio ambiente.

2.2.3 - Gastos, custos, despesas e receitas ambientais

Este tópico tem a intenção de fornecer os conceitos básicos da contabilidade ambiental e tratará dos gastos, perdas, custos, despesas e receitas ambientais.

Assim, por gastos entendem-se os sacrifícios financeiros realizados com o fim de atingir algum objetivo, isto é, obter de forma direta produto ou serviço qualquer, ou ainda aquilo que for utilizado para a obtenção de outros bens ou serviços que serão, posteriormente, fornecidos ou prestados. São exemplos de gastos os valores despendidos com compras ou com serviços. Em contabilidade, os custos e as despesas são categorias de gastos.

Gastos ou dispêndios, para Bruni e Famá (2008), são sacrifícios financeiros para obter um bem ou serviço. Os gastos ambientais surgem em muitas das ações das empresas, mas sua identificação não é fácil. Podem estar ocultos em alguma etapa do processo produtivo como, por exemplo, o *design* de novos produtos. O envolvimento da contabilidade com a questão



ambiental dar-se quando há degradação da natureza e a empresa é forçada a realizar obras para correção dos danos que causou.


Tinoco e Kraemer (2011), reiteram que a contabilidade registra e controla gastos vinculados a questões ambientais objetivando a responsabilidade socioambiental. É preciso que as empresas realizem procedimentos de segurança e proteção ambiental a fim de evitar impactos nocivos a natureza.

Já no que tange aos custos, num sentido mais geral, é o valor pago necessário à produção de um bem ou serviço. Os custos relacionam-se com a prestação de serviços, a produção de bens ou transformação de matérias primas. O custo também é um gasto, só que reconhecido como custo no tempo em que se utilizem os fatores de produção para se fabricar um produto ou executar um serviço.

Ribeiro (2010), afirma que os custos ambientais compreendem todos os custos relacionados direta ou indiretamente aos ativos, ou seja, a produção de natureza ambiental que pertencem às companhias. Como exemplo, tem-se as formas de amortização, depreciação e exaustão dos bens relativos à natureza, tratamento de resíduos dos produtos utilizados, recuperação e restauração de áreas degradadas ou contaminadas pelas atividades operacionais das empresas, gastos com os gestores na preservação e recuperação do meio ambiente, e tudo o que for vinculado à produção limpa.

Os custos estão ligados ao processo de produção ou prestação de serviços. Segundo Ribeiro (2010) os custos ambientais estão relacionados diretamente e indiretamente com a proteção do meio ambiente. São exemplos: todas as formas de amortização, depreciação e exaustão dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental do empreendimento, tratamento de resíduos dos produtos, recuperação ou restauração de áreas contaminadas, mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente, e aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes, finaliza Ribeiro (2010).

Portanto, custos ambientais são aqueles cujo consumo ocorre nas atividades de produção, mas que envolvem principalmente gestão ambiental com o fim de amenizar a poluição provocada pelas operações da empresa. São os gastos realizados na intenção de se reduzir ou eliminar os efeitos negativos do sistema produtivo ao ambiente natural. Desse modo, os custos ambientais correspondem a todo empenho, todo esforço, vinculado aos gastos de bens



ou serviços que visam a preservação do meio ambiente, seja de forma direta ou indireta, independentemente de desembolso.

Enquanto os custos são gastos que a entidade realiza para produzir um determinado bem ou ofertar um serviço, despesas são todos os gastos que incidem na área administrativa, consumidos no período, envolvendo o gerenciamento ambiental. A diferença básica entre esses dois conceitos é que os custos são realizados e geram um retorno financeiro, enquanto as despesas não, elas apenas proporcionam melhor funcionalidade ao ambiente empresarial.

As despesas são os gastos para a obtenção de receita, que possuem a característica de sacrifício e reduzem o patrimônio líquido. Todo produto vendido, ou todo serviço prestado, gera despesa. Todos os custos foram gastos e se transformam em despesas no momento em que se dá a entrega dos bens ou serviços a que se referem.

Consideram-se despesas ambientais todos os sacrifícios financeiros vinculados especificamente ao gerenciamento ambiental. Uma empresa minimamente organizada possui departamentos de gerenciamento ambiental, recursos humanos, compras e financeiro; e estes setores possuem atividades atreladas à vertente ambiental que visam controlar e minimizar os impactos ambientais de suas atividades na natureza. Estes gastos são considerados despesas ambientais (Ribeiro, 2010).

Por fim, para fechar a temática conceitual, Tinoco e Kraemer (2011) enumeram os exemplos de receitas ambientais como sendo prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos de sobras de insumos da produção, vendas de recicláveis, receitas de reaproveitamento de energia (gás e vapor), redução de materiais, redução de energia e água, influência no faturamento das políticas ecológicas e etc.

Desta forma, as receitas ambientais são resultantes de atitudes socialmente responsáveis, como exemplo, o aproveitamento ou venda de produtos reciclados, oriundos de sua produção, contribuindo de forma positiva para a obtenção das receitas. Receitas ambientais, portanto, correspondem aos recursos obtidos com venda dos subprodutos ou de insumos reciclados da entidade, do aproveitamento ou venda de restos de matéria prima que não mais serão utilizados. Ou seja, tudo aquilo que advém da atividade desenvolvida pela empresa com atitudes ecológicas.



2.3 RELAÇÃO INDÚSTRIA TÊXTIL E CONTABILIDADE AMBIENTAL

2.3.1 Aspectos gerais da indústria têxtil

A indústria têxtil é aquela que transforma fibras em fios, fios em tecidos ou tecidos em artigos têxteis, ou artigos para aplicações, e peças de vestuário. É caracterizada por possuir um processo produtivo diversificado, podendo ser verticalizada, isto é, com todos os processos de transformação ou ter apenas um destes. Os produtos são variados, vão desde a confecção de fios até produtos mais sofisticados, como cortina, tapete, rede, pano de prato, lençol, produtos geotêxteis, *airbags*, cintos de segurança, entre outros.


A indústria têxtil, de acordo Melo (2008) apresenta diversos setores de operação podendo constituir-se de um polo industrial desde o beneficiamento de fibras (fibras naturais) ou a sua fabricação (fibras químicas), até a produção de seus diversos produtos, como fios, cordas, tecidos múltiplos, entre outros.

As indústrias têxteis, tendo ramos de atuações distintas, são aquelas que obram na transformação de fibras em fios ou na transformação de fios em tecidos, ou tecidos em confecções. O setor têxtil produz múltiplos produtos, o que gera múltiplos ciclos produtivos distintos (MELO, 2008). A cadeia produtiva depende dos produtores de matérias-primas, dos insumos, dos fabricantes de máquinas e equipamentos têxteis e do consumidor final. As atividades são divididas basicamente em fiação, tecelagem, malharia, beneficiamento de tecidos e confecção. Para tanto, uma grande quantidade de recursos naturais e insumos é consumida, dentre eles o algodão e demais fibras, água e a energia elétrica, utilizados em várias etapas do processo, formando o conjunto principal.

Conforme Furtado (1997 apud RIBEIRO et al, 2010 p. 10):

O crescimento populacional, bem como da atividade industrial, têm alterado a qualidade do solo, ar e água. Neste contexto, o setor têxtil despenha papel de destaque devido ao grande volume de efluentes que tem gerado, requerendo ações que minimizem o impacto ambiental, por meio de “técnicas de tratamento fundamentadas em processos de coagulação, seguidos de separação por flotação ou sedimentação, apresentam uma elevada eficiência na remoção de material particulado” (AL-DEGS et al., 2000, p. 34), apesar de limitações quanto à remoção de cor e compostos orgânicos dissolvidos.

O processo industrial com volume significativo de efluentes gerados pelo setor têxtil, que o faz ter papel de destaque no problema ambiental, demandam atos de combate ao impacto ambiental através de métodos de tratamento baseadas em procedimentos de coagulação,



acompanhados de segregação por flotação ou sedimentação. Esses mecanismos contribuem eficientemente na remoção de partículas materiais, mesmo que, a remoção da coloração e compostos orgânicos diluídos seja limitada. Na conjunção dos processos destrutivos, cabe aos processos biológicos um lugar de destaque, sobretudo em função da relativa facilidade encontrada no implemento de sistemas que operem em grande escala.


As ações biológicas mais usadas são retratadas pelos sistemas de lodos ativados, que diz respeito ao movimento dos efluentes na presença de ar e microorganismos, durante um determinado tempo em que seja possível metabolizar e flocular grande parte da matéria orgânica. Muito embora o mecanismo funcione, causa contratempo, pois é passivo à composição do efluente e ainda produz um grande volume de lodo (BITTON, 1994).

Em geral, na indústria têxtil os processos de tratamento estão fundamentados na operação de sistemas físico-químicos de precipitação-coagulação, atrelados ao tratamento biológico via sistema de lodos ativados. Os sistemas são eficientes, correspondem a cerca de 80% da carga de corantes. O problema com o acúmulo de lodo é penoso, isso porque o teor de corantes absorvido é alto, o que impossibilita seu reaproveitamento (BITTON, 1994).

A redução da poluição em uma indústria têxtil pode acontecer de diversas formas, entre elas: controle do uso da água e conseqüentemente redução do volume dos despejos, modificação nos processos produtivos, atenção sobre os produtos químicos e matérias primas, redução no consumo de energia, recirculação e/ou reaproveitamento de banhos de corantes, entre outras práticas. Conclui-se, portanto, que a aplicação de práticas limpas não inviabiliza o progresso industrial, pelo contrário, trazem benefícios potenciais ao desenvolvimento econômico das empresas e asseguram a sustentabilidade ambiental, permitindo a coexistência e relação harmônica entre indústria e natureza.

2.3.2 Aspectos locais da indústria têxtil

Jardim de Piranhas, distante 315 quilômetros da capital potiguar Natal, fica localizada próximo à divisa da Paraíba com o Rio Grande do Norte. Possui uma população estimada em 14.606 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, e tem por base econômica a indústria têxtil, onde são fabricados cobertores, redes de dormir, panos de prato, toalhas de banho, mantas, conjuntos de cama e cozinha, tapetes, entre outros produtos.



O município seridoense tem na tecelagem sua principal atividade econômica. A atividade têxtil, com dezenas de empresas espalhadas entre zona rural e urbana do município movimentam a economia local e gera inúmeros empregos, diretos e indiretos. Existe na cidade uma associação de indústrias têxteis, a Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas (Assitex), fundada em 14 de janeiro de 2004, inicialmente contando com um grupo de 24 produtores.

Sabendo que a indústria têxtil é grande agente poluidor do meio ambiente, a associação nasceu por estímulo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em conjunto aos próprios associados, a fim de somarem esforços em busca de melhorias para as suas indústrias e, conseqüentemente, para o progresso do município de Jardim de Piranhas. Todas as empresas do grupo trabalham com licença ambiental concedida pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (IDEMA).


A despeito da preservação ambiental emergente no município, em maio de 2007 foi desenvolvido pela Escola Estadual Amaro Cavalcanti, da já citada cidade, um projeto intitulado “Rio Piranhas: conhecer para integrar” com o intuito de estudar o rio Piranhas, de vital importância para a produção têxtil da cidade, e reunir teoria e prática dentro da mesma temática.

O projeto “Rio Piranhas: conhecer para integrar” originou-se da necessidade de, ao estudar o rio Piranhas, se desenvolver um trabalho que pudesse reunir teoria e prática dentro da mesma temática, tendo como ponto chave uma excursão (...) à nascente desse rio e às barragens existentes no seu curso. (SALES, 2007, p. 4).

O projeto possibilitou ter a noção de quais cidades usam as águas do rio para a produção têxtil e abastecimento em geral. Jardim de Piranhas, juntamente com mais duas cidades, Paulista e São Bento, ambas no estado da Paraíba, destacam-se por além de usarem as águas do rio Piranhas para abastecerem a população, são as que possuem atividades têxteis e descartam parte dos dejetos oriundos do processo produtivo no leito do rio. Ainda, de todas as cidades ribeirinhas, Macau, no Rio Grande do Norte, cidade onde se encontra a foz do Piranhas, foi a única a possuir saneamento básico e estação de tratamento para decantação dos dejetos.

Em se tratando de meio ambiente, sabe-se que o rio Piranhas sofre constantemente os efeitos de uma urbanização desordenada, tanto da nossa cidade como de outras cidades ribeirinhas, como também das práticas agressivas das indústrias, da agricultura etc. (SALES, 2007, p. 4).

A indústria têxtil, por utilizar elementos químicos no processo produtivo e descartar, muitas vezes, seus resíduos no meio ambiente de forma inadequada, torna-se grande causadora de impactos ambientais. O rio Piranhas recebe em suas águas grande concentração de dejetos



químicos das fábricas das cidades polos industriais têxteis. Recebe também outros efluentes provenientes da falta de saneamento básico das cidades por onde o rio perpassa.

Dando procedência aos feitos que visam à redução do impacto ambiental, no início de dezembro de 2009, foi firmado um termo de ajustamento de conduta (TAC) para combater a poluição provocada pelas indústrias têxteis de Jardim de Piranhas. O ajuste foi proposto pelo Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte, em conjunto com o Ministério Público Estadual, IDEMA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Conforme matéria publicada no jornal Tribuna do Norte (2009), o termo relaciona as condições necessárias para que a situação das indústrias têxteis jardinenses seja regularizada no município e estipula prazos para os referidos estabelecimentos se adequarem às normas ambientais vigentes. Um dos principais problemas constatados foi o elevado grau de informalidade do setor. Pois, apesar de existirem aproximadamente 80 empresas registradas e legalizadas, somente duas possuem licenças ambientais.

O IBAMA estipulou prazos para a regulamentação das empresas que não possuíam licença ambiental. Dentre as exigências firmadas no TAC, está a elaboração de diagnóstico ambiental de todo o segmento têxtil. Para regularizar a situação foi exigido que as empresas apresentassem projetos que busquem a adequação ambiental.

Em decorrência da degradação ambiental causada e da limitação de recursos naturais, hoje, faz-se necessário encontrar uma forma de unir o desenvolvimento econômico ao respeito para com o meio ambiente. Acordos como o TAC são fundamentais para esse elo acontecer. Como não convém reter o progresso, é necessário descobrir soluções para essas questões.

Atrelando o desenvolvimento econômico da indústria têxtil com o uso da contabilidade ambiental, através de sistemas de gestão de recursos ambientais, é possível expor a importância de se fundir esses temas. Pela razão deste setor têxtil possuir relevância e significância na economia do município, esta pesquisa realizada nas indústrias pertencentes à Assitex proporciona uma contribuição para quem se interesse em adotar políticas ecológicas em sua gestão.



2.3.3 Gestão ambiental e responsabilidade social das entidades

A preocupante discussão sobre quantidade e qualidade dos recursos naturais tem reforçado a criação de novos rumos, principalmente pelas sociedades desenvolvidas, que permitam a existência de um ambiente harmônico e saudável à vida humana. Pressionado, o mercado mundial se vê obrigado a cumprir as exigências ambientais das sociedades que detém maior poder econômico.

De modo a cumprir com as exigências mercadológicas e governamentais, as empresas passam a trabalhar com o gerenciamento ambiental, isto é, uma política de conduta e procedimentos que buscam minimizar os impactos ambientais e criar uma cadeia produtiva ecologicamente correta. A gestão ambiental consiste no conjunto de atividades usadas no planejamento, controle, execução e avaliação dos aspectos e impactos ambientais essenciais às atividades de uma organização.

Nesse contexto, Ribeiro (2010) entende que o gerenciamento ambiental é o rol de rotinas corporativas atreladas às questões ambientais em função das atividades produtivas ou de serviços. O foco é buscar efetivar ações que venham a eliminar ou minimizar os impactos ambientais. O gerenciamento ambiental facilita a administração de elementos naturais de forma a viabilizar a sustentabilidade com o uso eficiente de recursos em suas atividades operacionais, permitindo menor consumo de matéria prima, redução na geração de resíduos e modo adequado de tratamento e descarte destes. Outros autores reforçam que o propósito da gestão ambiental abrange em seu sistema políticas ambientais responsáveis que buscam manter práticas ecologicamente corretas (TINOCO e KRAEMER, 2008).

O sistema ambiental de gestão contém arcabouço organizacional, planejamento estratégico e responsável, e diversos métodos de desenvolvimento, implantação, análise minuciosa e mantimento das práticas ambientais. Consiste no conjunto de medidas de controle da nocividade causada ao meio ambiente, oriunda das atividades desempenhadas pela empresa. De tal modo, é possível alcançar bons resultados no que se refere à proteção ambiental.

Continuamente, têm-se buscado reduzir, prevenir ou mitigar os efeitos da poluição. Não só por exigência, mas por permitir a empresa, que possui uma correta postura ambiental, usar seus demonstrativos como uma ferramenta de *marketing*. Isto é, demonstrar ao público consumidor o resultado da adoção da política ambiental, seus programas de gerenciamento



ambiental e o impacto de seu comportamento ambiental em seu desempenho econômico e financeiro, refletindo positivamente na imagem empresarial.

Neste viés, pode-se enfatizar a afirmação de Ribeiro (2010), que o gerenciamento ambiental é o rol de ações e políticas corporativas vinculadas em harmonizar as atividades empresariais com o respeito ao meio ambiente natural.


Além disso, empresas possuem recursos financeiros, conhecimento tecnológico e capacidade institucional, bem como a visão para encontrar soluções para os problemas ambientais. A responsabilidade social assumida pelas empresas deixou de ser mera opção. As empresas como agentes sociais precisam atender-se às exigências não só internas, mas também as remotas a ela. É preciso incorporar objetivos que não visem somente lucro a qualquer consequência, mas a responsabilidade social que estas devem desempenhar, e que estejam atentas ao bem estar social.

De acordo com Donaire e Oliveira (2018) esta responsabilidade assume diversas vertentes, entre as quais se incluem defesa ambiental, projetos sociais e culturais, comunitários, geração de empregos, assistência à saúde em geral, de conformidade com o interesse público. A responsabilidade social que as corporações devem assumir vão além de preservação ambiental. É preciso atender-se a projetos beneficentes que permitam desenvolvimento educacional, empregabilidade e igualdade social como um todo.

Tendo em vista o exposto, faz-se necessário estimar além dos resultados financeiros, o recurso humano. Por tudo isso, a gestão ambiental configura-se como ferramenta essencial para o desenvolvimento corporativo, atendo-se não só ao patrimônio das entidades, mas também aos aspectos socioambientais, contribuindo com o bem estar social e a sustentabilidade das comunidades.

2.4 IMPACTOS AMBIENTAIS

As atividades de cunho ambiental influenciam de forma significativa a continuidade da empresa. Isso porque os impactos ambientais causados podem culminar em exclusão desta no mercado. Além disso, a não preservação pode gerar multas, problemas judiciais e perdas irreversíveis de imagem e patrimônio. Por isso, é relevante que as entidades estejam atentas



as normas ambientais e realizem seus processos produtivos de forma a não comprometer a sustentabilidade ambiental.

Impacto ambiental é, pois, a modificação do meio ambiente, ou em algum de seus componentes, em detrimento da ação do homem. Basicamente, toda atividade humana gera impacto ambiental, em maior ou menor escala. Estas alterações precisam ser quantificadas, isso por serem relativas, efetuando-se como positivas ou negativas, grandes ou pequenas. O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) considera impacto ambiental toda e qualquer modificação das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente ocasionada por alguma configuração de matéria ou energia advinda de ações humanas.

Segundo a Resolução CONAMA nº. 001/86, em seu artigo 1º:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias e sanitárias do meio ambiente; e

V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Portanto, impacto ambiental refere-se aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente, causando alteração em um ou mais elementos que o compõem, através de determinado ato ou atividade. De longa data, nosso planeta Terra vem enfrentando problemas causados pela ação do homem e passando por transições múltiplas. Há uma conscientização, ainda em processo, quanto a importância da preservação dos recursos naturais e gravidade dos impactos ambientais causados pelo crescimento desenfreado do processo industrial (VALLE, 2019).

A maior parte das atividades econômicas, quando não todas, provoca impacto ambiental. Normalmente, os resíduos resultantes da atividade industrial são eliminados de três formas: na água, na atmosfera ou em áreas isoladas. A medição do impacto ambiental não pode ser feita de forma precisa porque o meio ambiente é um sistema complexo. No entanto, é possível fazer algumas estimativas, através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) (VALLE, 2019).

O Estudo de Impacto Ambiental é um relatório técnico que propõe avaliar as consequências para o ambiente decorrentes de um algum projeto. Através do estudo é possível



identificar e avaliar, de modo técnico e imparcial, bem como apresentar medidas mitigadoras os impactos que determinado projeto acarretará ao ambiente (VALLE, 2019).

O RIMA é responsável por reproduzir de modo claro e objetivo os resultados do EIA. As informações devem ser emitidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, no qual seja fácil entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as implicações ambientais de sua implantação (VALLE, 2019).

A obrigação da elaboração de um estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), na forma de um EIA e RIMA, é imposta apenas para algumas atividades com potencial altamente poluidor, dentre os quais está incluso o setor industrial. As exigências são feitas pelos órgãos licenciadores competentes e pela legislação pertinente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental (VALLE, 2019).

Levando em consideração esses aspectos, a preservação ambiental traz consigo muitos benefícios, pois sua prática evita problemas judiciais, aumenta a boa imagem e a credibilidade da empresa diante da sociedade, reduz-se os riscos de perdas de patrimônio, bem como evita crises por problemas ambientais. Em suma, o uso da contabilidade ambiental apresenta-se como melhor mecanismo de gestão e valorização ambiental, acarretando benefícios econômicos, boa imagem na opinião pública e, principalmente, adequando-se aos parâmetros das leis ambientais.



3 METODOLOGIA


Nesta parte do livro serão apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam os caminhos trilhados em busca do atingimento dos objetivos do trabalho. Serão abordados os detalhes das fases de execução, o método e escolha dos participantes, os processos e meios de coleta e interpretação de dados, e instrumentos utilizáveis para dar credibilidade científica ao estudo. Toda pesquisa requer métodos para que se planeje e desenvolva meios para auxiliar o pesquisador na condução do trabalho científico. Esses processos metodológicos, quando estabelecidos, direcionam ao caminho necessário para alcance dos objetivos.

Para o estudo foi relacionado um conjunto de empresas que formam Associação das Indústrias Têxteis de Jardim de Piranhas (Assitex), à época com 13 associadas. Desse total, somente 10 das fábricas têxteis do município de Jardim de Piranhas aceitaram participar da pesquisa, sendo estas o objeto de estudo desse trabalho. Foi preservada a citação das mesmas por questão ética, divulgando as informações colhidas em conjunto com as demais.

A pesquisa foi realizada nos meses de maio e junho de 2015, através de questionário padrão Marcone e Lakatos (2008) contendo 1 (uma) pergunta aberta, 6 (seis) semiabertas e 2 (duas) fechadas, direcionadas aos representantes das fábricas. Ou seja, seguiu-se o questionário estruturado, não devendo ser confundido com o não estruturado ou semiestruturado, ressaltam Marion, Dias e Traldi (2002). A escolha por variados tipos de perguntas buscou acautelar-se contra o risco de alternativas que não atingissem por completo o objetivo da questão.

Os aspectos metodológicos são cruciais para o alcance dos objetivos, na medida em que proporcionam melhores chances de concretização de resultados satisfatórios e dignos de aceitação. O método indutivo, segundo Diehi e Tatim (2004), coloca o pesquisador em contato direto com as particularidades do setor têxtil envolvendo todo o estudo em questão para, assim, analisar e explicar de forma global ou geral os fenômenos encontrados na pesquisa.

A tipologia configura-se como qualitativa por objetivar expor a relevância da contabilidade ambiental para a Indústria têxtil de Jardim de Piranhas/RN. Os paradigmas da pesquisa qualitativa estão cada vez mais em voga nas ciências sociais, onde ficam inseridas as Ciências Contábeis (grifo nosso), sendo a ciência qualitativa atualmente um meio de produção do conhecimento neste ramo do saber humano (BREWERTON e LYNN, 2001).



Por sua característica de ficar concentrada em descrever os aspectos de determinado fenômeno, correlacionando variáveis ou fatos, implicando em observação, registro e análise, esta pesquisa classifica-se como descritiva não experimental (KIDD; VANDERLINDEN e HOOKER, 2021).

Pesquisas descritivas profundas que demonstram questões causais possuem grande mérito, pois esquadrinham o saber científico sobre o comportamento, além das instituições cujo objetivo é modelar (HALL e LULICH, 2016).

Além de identificar, relatar e comparar os resultados obtivos via questionário padrão, foi realizada uma visitação in loco em alguns pontos do município supracitado no intuito de observar algumas características ambientais consequentes das atividades têxteis das fábricas em questão.

A estratégia de pesquisa pautou-se na utilização de bibliografias publicadas em forma de livros, revistas científicas, artigos científicos, imprensa escrita, bem como estudos de multicasos, em que foram pesquisadas situações reais para tomada de decisões. Dessa forma, a caracterização da pesquisa, segundo Demo (1998) e Gil (1996), é empírica com trabalho de campo.

A contabilidade ambiental é um ramo do saber em que a maioria dos estudos de pesquisa empírica devem ser solidamente fundamentados nos detalhes de como as instituições operam. Essas descrições podem formar uma base para identificar e justificar os mecanismos causais para explicar os resultados empíricos (GOW; LARCKER, REISS, 2016).

Durante a pesquisa os dados foram tratados por meio de informações relevantes contidas em estudos anteriores já apresentados em documentos referenciais. Os dados coletados através dos questionários foram organizados e devidamente distribuídos em gráficos informativos. Ressalta-se ainda que todos os dados colhidos foram trabalhados no *software Microsoft Excel*, onde foram calculadas as porcentagens de cada resposta obtida, a fim de demonstrar os resultados de forma mais objetiva e dinâmica ao leitor.

4 RESULTADOS

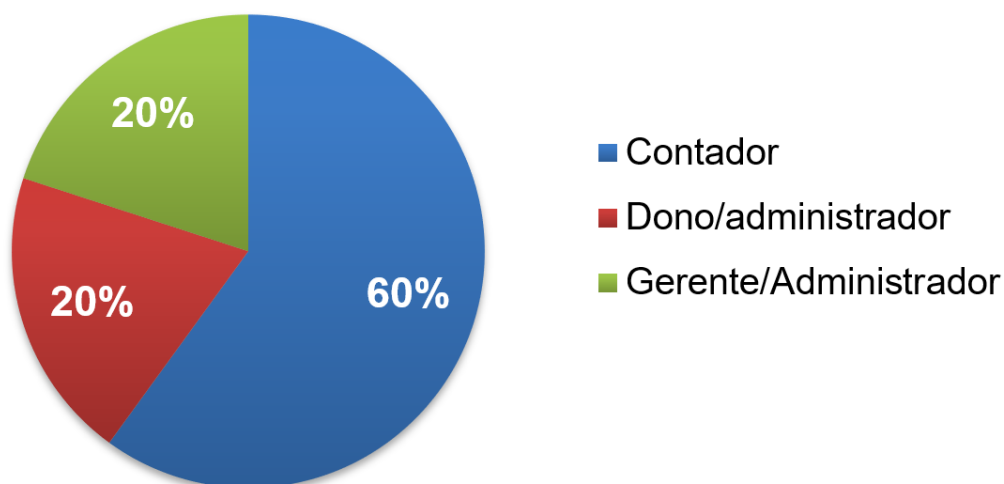
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta etapa serão feitas as análises, tal qual gráficos ilustrativos, dos dados coletados via questionário aplicado, contendo 9 (nove) questões, sendo 1 (uma) aberta, 6 (seis) semiabertas e 2 (duas) fechadas, em 10 (dez) indústrias do ramo têxtil da cidade de Jardim de Piranhas/RN. A aplicação e coleta de dados transcorreram-se entre os meses de maio e junho de 2015, com o explícito compromisso assumido em não divulgar nomes ou dados isolados das empresas pesquisadas, mas em conjunto com as demais indústrias, tendo a individualização de cada ente não explicitada. Opta-se, portanto, pela exposição dos resultados por pergunta feita aos respondentes.

A primeira pergunta refere-se ao cargo ou função que o respondente ocupa na indústria têxtil. Como resposta foram obtidas: contador, dono/administrador, gerente/administrador, como representados no gráfico a seguir.

Gráfico 01: Perfil do respondente.

PERFIL DO RESPONDENTE



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

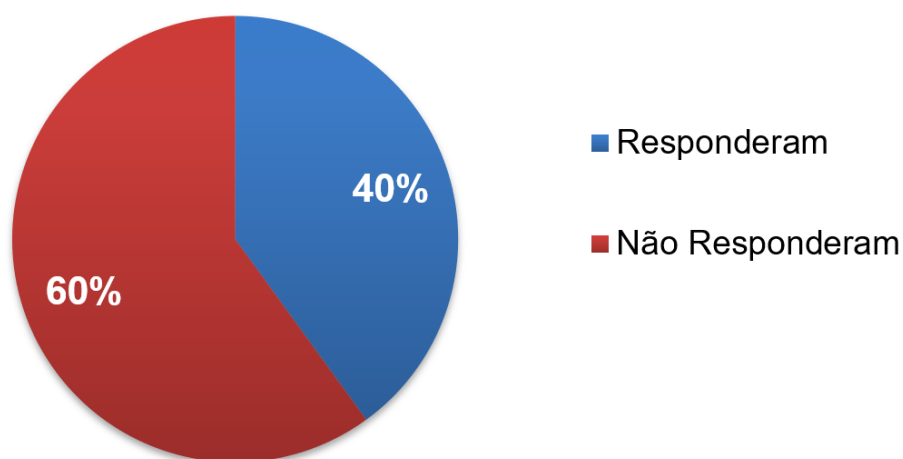
Nesta pergunta buscou-se saber qual o vínculo do colaborador com a empresa. Tais informações foram imprescindíveis para os aspectos qualitativos deste trabalho. Os *stakeholders*, nas figuras de contador ou administrador, conhecem bem sobre as atividades produtivas das fábricas das quais são representantes e, portanto, possuem informações necessárias às perguntas do questionário. Além disso, ter como contador a maioria dos

colaboradores desta pesquisa implica numa melhor qualidade das informações, isso porque o contador é o responsável pelo registro de todos os eventos que modificam o patrimônio da empresa, no que se incluem os de natureza ambiental.

A segunda pergunta foi quanto aos recursos naturais utilizados no processo produtivo, a fim de descobrir quais são e se estes são renováveis ou não.

Gráfico 02: Recursos utilizados no processo produtivo têxtil.

QUAIS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Percebeu-se que os respondentes ou não sabiam classificá-los ou não tiveram interesse em separar quais são ou não renováveis. No entanto, embora sem a distinção entre renováveis ou não renováveis, 40% dos respondentes citaram que utilizavam fio de algodão, água, energia, tecido de malha e linha na produção de seus produtos. Os demais, 60%, sequer listaram que recursos utilizavam em suas atividades de produção.

As atividades têxteis demandam grande quantidade de recursos naturais e insumos, dentre eles o algodão e demais fibras, água e a energia elétrica. E esse alto consumo de elementos naturais nos processos industriais têxteis acarretam danos ao meio ambiente, isso porque seus efluentes são poluidores.

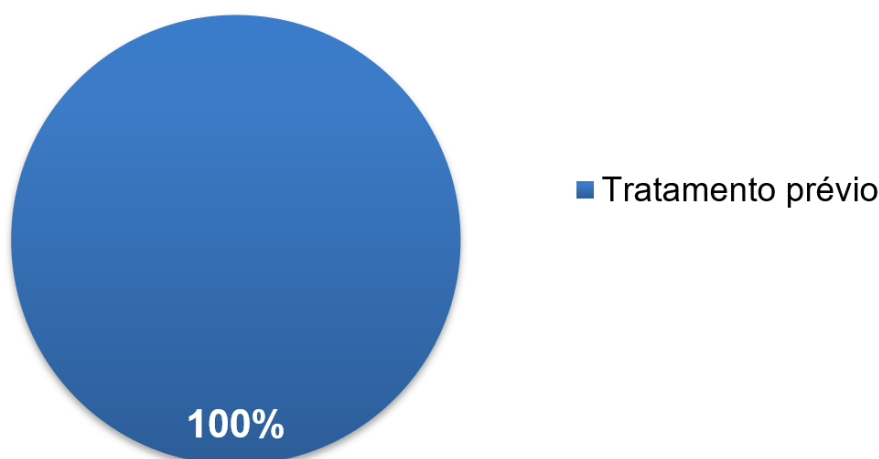
Desse modo, é importante que os gestores tenham noção de quais tipos de recursos naturais são utilizados na confecção de seus produtos, se estes são ou não renováveis e também como esse uso impacta o meio ambiente. O que ficou constatado é que esse conhecimento não é priorizado pelos respondentes. Isso tudo pode implicar em uso descabido desses recursos, acarretando prejuízo não só econômico, mas ambiental.

Esta questão vincula-se intrinsecamente aos objetivos desta pesquisa, uma vez que ficou expresso o propósito específico de investigar a indústria têxtil quanto ao uso de recursos naturais para o desenvolvimento de suas atividades.

A terceira pergunta merece destaque por permitir saber a destinação dada aos efluentes líquidos e aos resíduos sólidos oriundos do processo produtivo destas fábricas.

Gráfico 03: Destinação dos efluentes líquidos têxteis.

DESTINAÇÃO DADA AOS EFLUENTES LÍQUIDOS



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

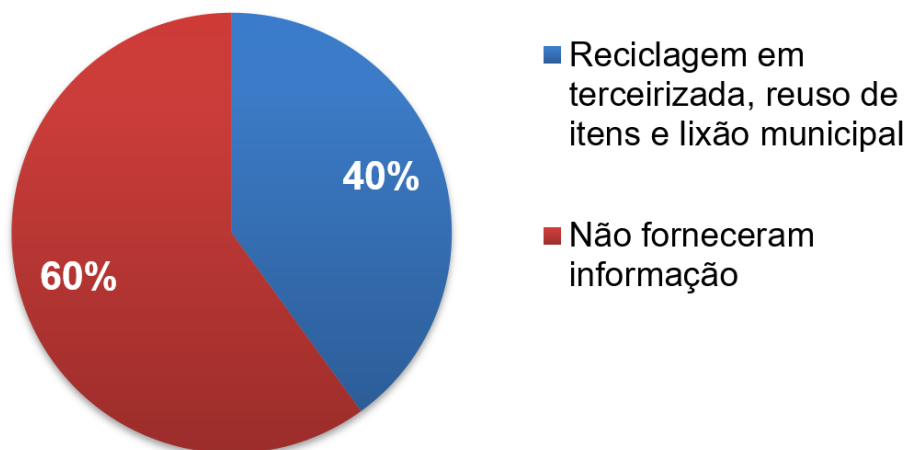
Verificou-se que em todas as fábricas pesquisadas os efluentes líquidos recebem uma espécie tratamento prévio, onde 90% destas transferem seus efluentes para outra indústria, também do ramo têxtil, na qual existe uma lagoa de decantação de dejetos, para receberem tal tratamento antes de seu destino final. Os demais 10% possuem lagoa de decantação própria. Apenas esse último grupo especificou que a destinação final desses líquidos é via evaporação, de modo que estes ficam armazenados na lagoa e parte sofre o processo de vaporização.

O crescimento da atividade industrial tem alterado a qualidade do solo, ar e água. Neste contexto, o setor têxtil despenha papel de destaque devido ao grande volume de efluentes que tem gerado, requerendo ações que minimizem o impacto ambiental. O processo industrial têxtil interfere de forma negativa na qualidade da água, solo e ar. O volume significativo de efluentes gerados pelo setor têxtil o faz ter papel de destaque no problema ambiental, demandando atos de combate ao impacto ambiental.

No entanto, as fábricas pesquisadas cumprem com esse combate através do procedimento de tratamento dos efluentes líquidos. Sem este procedimento os efluentes gerados teriam, provavelmente, o rio ou algum lago como destinação, trazendo danos inestimáveis a natureza.

Gráfico 04: Destinação dos resíduos sólidos têxteis.

DESTINAÇÃO DADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Quanto à destinação dada aos resíduos sólidos, nota-se que para 40% dos respondentes esses resíduos, quando não reutilizados na própria indústria, são levados à reciclagem em uma fábrica terceirizada e os demais, que não são reutilizados e/ou reciclados, são armazenados e posteriormente levados ao lixão municipal (os sacos plásticos, embalagens das matérias primas, são reutilizados na própria fábrica, as buchas e as tabocas são levadas para reciclagem e os outros itens são descartados no lixão municipal). Demais 60% não forneceram informação acerca da destinação destes resíduos.

A ação de reutilizar resíduos que seriam tratados como lixo cumpre com economia de custos e colabora com a redução dos impactos ambientais. Desse modo, a aplicação dessas práticas não inviabiliza o progresso industrial, pelo contrário, traz benefícios potenciais ao desenvolvimento econômico das empresas e asseguram a sustentabilidade ambiental, permitindo a coexistência e relação harmônica entre indústria e natureza.

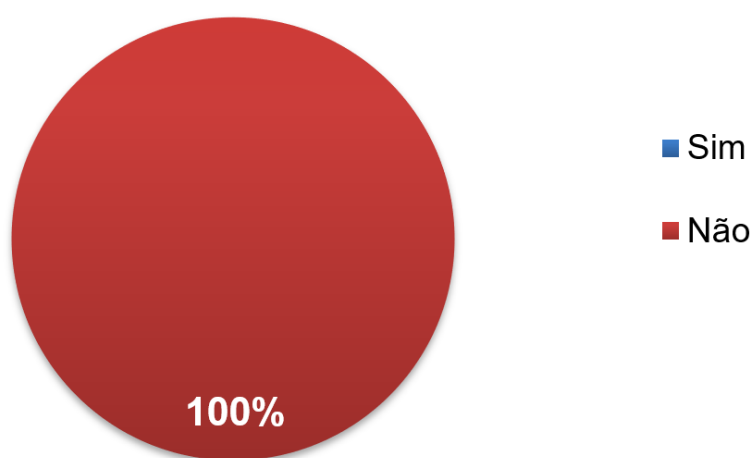
Esta questão está intrinsecamente vinculada aos objetivos desta pesquisa, e também ganha respaldo e sustentação por ter base conceitual no referencial teórico concernente às receitas ambientais, contextualizadas por Gardênia (2008) como os recursos auferidos pela

entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados, que podem ser vendidos como matéria-prima para outras atividades ou reutilizados pela entidade em seu processo produtivo.

A quarta questão indaga sobre a existência de emissão atmosférica por parte das fábricas pesquisadas. E, ainda, se é feito algo para minimizar os impactos ambientais causados por esta ação.

Gráfico 05: Emissões atmosféricas têxteis.

EXISTÊNCIA DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Percebeu-se que, embora os respondentes tenham dito, em unanimidade, que não há emissão atmosférica oriunda de seus processos produtivos, há todo um problema intrínseco na questão da saúde pública. Haja vista que o processo de estampagem libera um forte odor de tinta. Tinta essa que, normalmente, é excretada nos esgotos e escoam pelas ruas, devido ao saneamento básico inacabado da cidade; o que corresponde à eliminação indevida de parte dos rejeitos líquidos têxteis. Além disso, as atividades de tecelagem emitem no ar uma grande quantidade de pelos que podem acarretar inúmeras complicações respiratórias. Ademais, a poluição sonora causada pelos teares traz incômodo para toda a circunvizinhança. Tudo isso consiste no que se define por poluição, tratada na lei de Política Nacional do Meio Ambiente.

Portanto, poluição resulta de atividades que, de algum modo, põe em risco a saúde, a segurança e o bem estar social. Sendo poluidor a pessoa, física ou jurídica, responsável pelo desequilíbrio do ambiente em decorrência de atividades que culminem em degradação ambiental. A poluição da água, solo e ar são os mais comuns exemplos de degradação

ambiental. Dentre os tipos de poluição, ainda existem a sonora, visual, térmica, luminosa e nuclear, todas prejudiciais à vida humana.

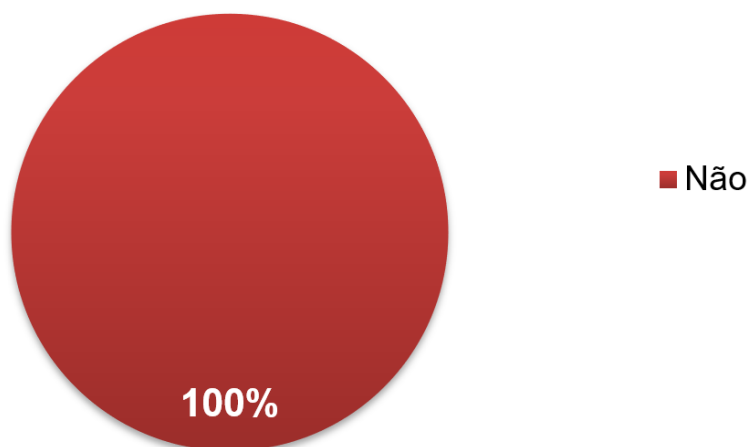
A atividade têxtil, além de gerar efluentes líquidos e resíduos sólidos, é responsável pela poluição sonora e do ar. Por tudo isso, fica claro que as fábricas do ramo têxtil de Jardim de Piranhas enquadram-se no perfil de poluidora e devem ser responsabilizadas pelas consequências nocivas que causam ao meio ambiente.

A contabilidade ambiental, como ferramenta de gestão, compõe papel fundamental no que tange o combate a degradação ambiental originada pelas atividades do setor têxtil. Isso porque, através dela, valendo-se de ferramentas de gestão de recursos, é possível conter os danos causados ao ambiente natural, valorizando a relação com o meio ambiente.

A quinta pergunta buscou averiguar se as demonstrações contábeis eram utilizadas para divulgar a inter-relação existente entre suas atividades operacionais e o meio ambiente natural, inserindo-se a segregação dos custos ambientais dos demais gastos tradicionais.

Gráfico 06: Distinção entre contabilidade tradicional e contabilidade ambiental.

DISTINÇÃO ENTRE CONTABILIDADE TRADICIONAL E AMBIENTAL



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Como resposta obteve-se que não. Para os respondentes existe a consciência dos custos e gastos relativos ao meio ambiente ou a questão ambiental, mas esses valores são gerenciados e registrados no rol comum dos tradicionais/demais custos e despesas. Dessa maneira, também fica expresso que nenhuma das fábricas pesquisadas faz uso da contabilidade ambiental em suas gestões.

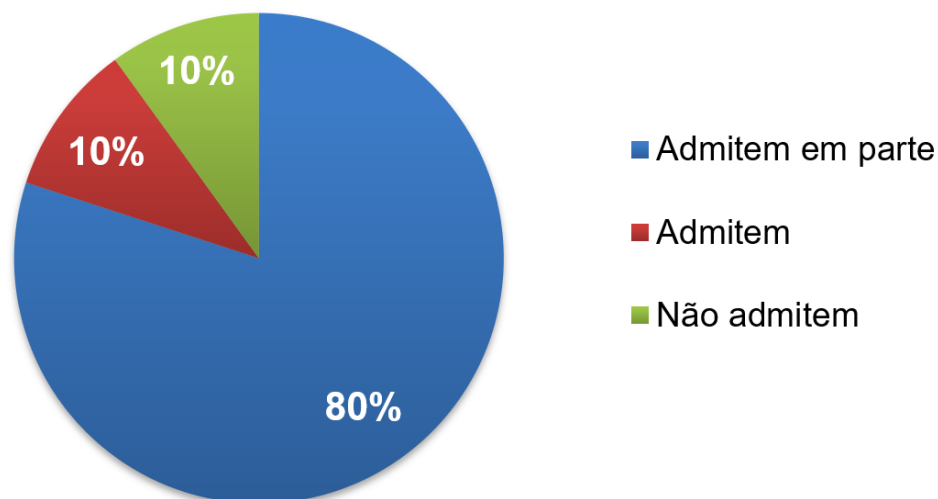
O fator de competitividade mercadológica requer que haja a distinção entre as contas tradicionais e as ambientais, isso porque o procedimento de identificação e distinção dos conceitos ambientais permite ao consumidor uma análise mais consciente sobre os produtos e/ou serviços que lhes estão sendo oferecidos, tendo como referência o preço de mercado. Além disso, essa prática traz consigo o aumento competitivo e a mudança de paradigma por parte dos empresários, permitindo-os reaverem o que deve ser incluso ou não no preço de venda. Cabendo, contudo, a contabilidade ambiental, como ciência inovadora, adequar-se a tais mudanças e oferecer uma contabilidade integrada e competitiva, que envolva além dos movimentos econômicos e operacionais também os ambientais.

Esta questão corrobora para o atingimento dos objetivos da pesquisa, relativamente ao analisar a aplicabilidade da contabilidade ambiental na indústria têxtil.

A sexta questão procurou saber se, na opinião dos respondentes, a atividade empresarial têxtil colabora ou não para a existência de passivos ambientais. Ainda, que ações são executadas nas fábricas em questão para controle e minimização de tais passivos.


Gráfico 07: Impactos ambientais têxteis pelas fábricas pesquisadas.

CAUSAM IMPACTOS AMBIENTAIS



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

A maioria, 80%, reconhece que o processo produtivo têxtil de suas fábricas colabora para o surgimento dos passivos ambientais, porém frisam que isso acontece de forma indireta, já que os efluentes, tanto líquidos quanto sólidos, são levados sempre a indústrias terceirizadas. Outros 10% dizem não serem colaboradores para o surgimento de passivos ambientais. E demais 10% assumem-se responsáveis e dizem-se ainda cientes de todos os problemas que suas



atividades trazem ao meio ambiente, inclusive mostram-se preocupados com as consequências que suas atividades produtivas causam ao meio ambiente. Por isso, estes últimos, colaboram para com um projeto que visa à mudança de todas as indústrias têxteis da cidade para a zona rural. Isso traria benefícios à população, haja vista que parte dos impactos ambientais seriam minimizados com tal medida.

Independente de exigência legal, as entidades empresariais, devem assumir as obrigações para com terceiros, os chamados passivos ambientais. Mas há uma relutância por parte das empresas em vincular informações sobre o impacto ambiental que causam em virtude de suas atividades. De modo que a contabilidade ambiental passa a não ser tão atrativa. As informações coletadas sustentam isso, uma vez em que a maior parte dos respondentes não admite e se esquivam da responsabilidade sobre os impactos ambientais que, notadamente pertencem a indústria têxtil.

A evidenciação dos fatos contábeis, em particular dos passivos ambientais, é vista por boa parte dos gestores como desvantagem. Isso porque, os passivos ambientais estão associados à degradação ambiental. No entanto, é importante lembrar que o passivo ambiental também pode decorrer de atitudes positivas, como gastos decorrentes da preservação, conservação e recuperação ambiental. De qualquer modo, seu registro é de suma importância, porque a ausência destes pode incorrer em lucros indevidos além de apresentar resultados econômicos irreais. Somado a isso, a não prestação de contas com a sociedade descumpra o que diz respeito à responsabilidade social da empresa.

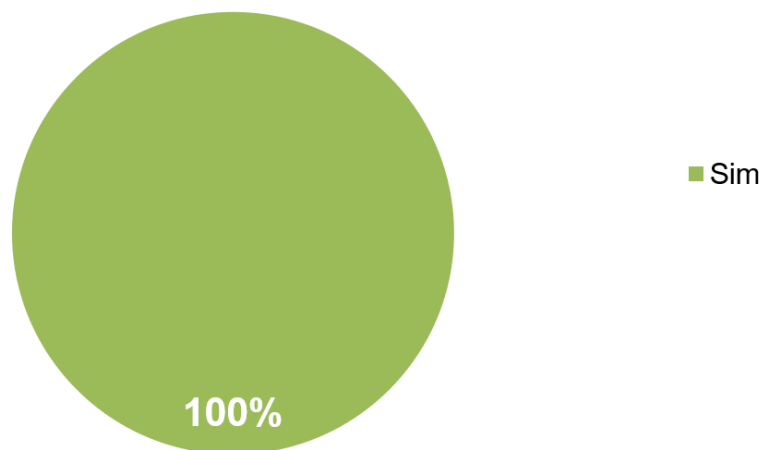
As empresas como agentes sociais precisam atender-se às exigências não só internas, mas também as remotas a ela. É preciso incorporar objetivos que não visem somente lucro a qualquer consequência, mas a responsabilidade social que estas devem desempenhar, estando atentas ao bem estar social.

Esta questão corrobora no sentido do atendimento aos objetivos desta pesquisa, pois permite diagnosticar como a contabilidade ambiental pode contribuir com a indústria têxtil, identificando os passivos ambientais, eventualmente causados por impactos ambientais oriundos dos processos industriais deste setor.

A sétima e oitava questões versaram sobre a existência de relacionamento com algum programa de melhoramento ambiental e como aconteceu a contabilização dos gastos relacionados à inserção deste.

Gráfico 08: Existência de programa(s) de melhoramento ambiental.

POSSUEM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

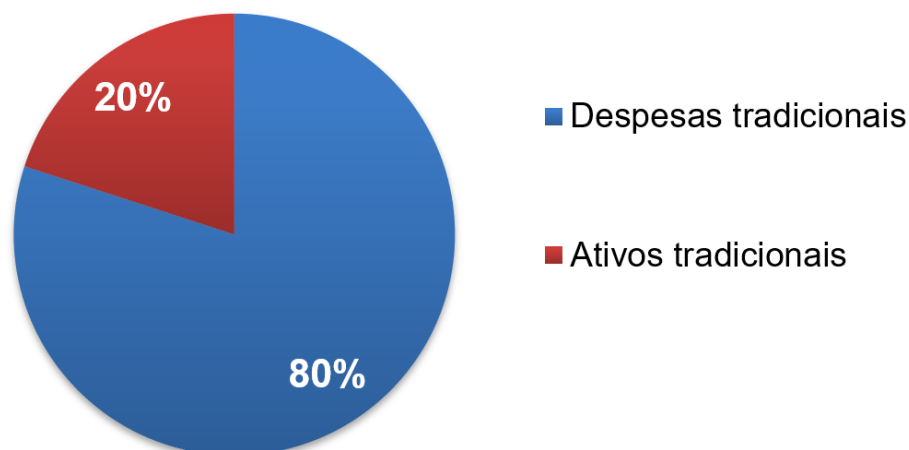


Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Como resposta, constatou-se que todas as indústrias pesquisadas possuem a licença ambiental do IDEMA, isso em razão de esta pesquisa focar em um conjunto de empresas que são parceiras do SEBRAE/RN, representando um seletivo grupo do ramo têxtil do município de Jardim de Piranhas preocupado em operar de forma regular e licenciada.

Gráfico 09: Contabilização do(s) programa(s) de melhoramento ambiental.

CONTABILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO AMBIENTAL



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

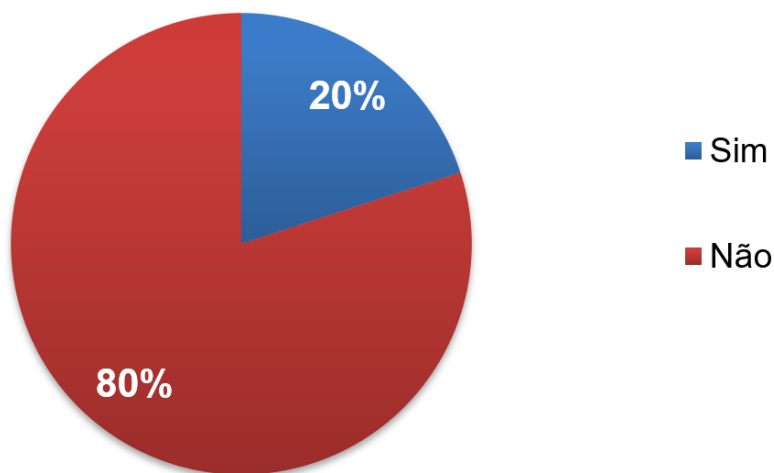
Quanto à contabilização destes gastos, 20% registrou a licença ambiental no grupo de ativos tradicionais e 80% como sendo despesas tradicionais. Por não fazerem uso da contabilidade ambiental, os gastos decorrentes da adoção de melhoramento ambiental foram contabilizados nas contas tradicionais contábeis.

Ainda, essa questão corrobora com o atendimento dos objetivos desta pesquisa, à medida que permite analisar a aplicabilidade da contabilidade ambiental na indústria têxtil.

A nona pergunta buscou identificar se há vantagens econômicas, conforme opinião dos respondentes, na adoção de programas de melhoramento ambiental, levantados nas duas últimas questões que antecedem a esta.

Gráfico 10: Vantagem econômica na adoção de programa(s) de melhoramento ambiental.

VANTAGEM ECONÔMICA NA ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE MELHORAMENTO AMBIENTAL



Fonte: Pesquisa de Campo (2015).

Do total de respondentes, 80% diz não haver vantagem econômica nesse tipo de adoção, 10% reconhece que sim, mesmo admitindo não se valer de qualquer sistema de gerenciamento ambiental e demais 10% reconhece existir vantagens econômicas na adoção de programas de melhoramento ambiental. Muito embora seja considerado por parte dos empresários o alto custo de implantação de práticas de melhoramento ambiental, é notório que, por todo o exposto, investir no meio ambiente traz benefícios para a empresa, para o homem e sociedade.

É importante deixar claro que a adoção de práticas mais limpas na cadeia produtiva são imprescindíveis para a procedência das atividades industriais, uma vez que a escassez de recursos naturais, já enfrentada no meio industrial, é capaz de inviabilizar a continuação da



entidade. A licença ambiental por si só já traz vantagens ao estabelecimento, de modo que permite que as atividades aconteçam sem intervenção do IDEMA e ainda contribui para a imagem positiva da empresa perante a sociedade, sendo, dessa forma, uma excelente ferramenta de *marketing* empresarial. Além disso, programas de melhoramento ambiental são capazes de – atrelados a sistemas de gestão de recursos ambientais, por meio da contabilidade do ambiental – reduzir custos e conquistar resultados significantes nas demonstrações contábeis da empresa.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS


A crescente discussão da temática ambiental, no que envolve a gravidade dos impactos que a natureza vem sofrendo ao longo dos anos – e a urgência em se desenvolver alternativas limpas, bem como as exigências mercadológicas e sociais, que pressionam as empresas a mudarem suas políticas, agregando o interesse e o cuidado ao meio ambiente – desafia o setor têxtil produtivo a encontrar formas de unir o desenvolvimento econômico ao socioambiental. Isso porque, as atividades desse setor, além de consumir grande quantidade de recursos naturais, possui em seus efluentes uma alta carga poluidora.

Por tudo isso, cabe às indústrias, junto à sociedade e órgãos fiscalizadores, agir de modo a reduzir consideravelmente, e quando possível extinguir, os danos causados ao meio natural. Visando uma gestão focada no respeito ambiental, a contabilidade do meio ambiente possui papel primordial para o alcance desse objetivo. Uma vez que, através dela, é possível mensurar e coordenar os recursos utilizados nos processos têxteis, reduzindo o impacto ambiental e melhor gerindo o acervo econômico e financeiro.

Dentre os propósitos desta pesquisa, considerando o objetivo geral deste estudo, foi possível expor a relevância da contabilidade ambiental para controle e minimização dos impactos ambientais causados pelo setor têxtil de Jardim de Piranhas/RN.

No que tange aos objetivos específicos, os resultados apresentados evidenciam que, quanto ao uso de recursos naturais, foi identificada a predominância dos renováveis, embora nenhum colaborador tenha classificado. Foi também detectado o uso da reciclagem, bem como ações de tratamento dos efluentes líquidos e reutilização de itens pelas fábricas pesquisadas, demonstrando a presença de aspectos ambientais relevantes, evidenciado pelo compromisso com o meio ambiente limpo. No entanto, em se tratando de emissões atmosféricas nenhum reconhece que a atividade têxtil contribui para a existência destas, embora existam, tampouco fazem qualquer ação para a redução do impacto causado por essas emissões.

Mesmo que a contabilização dos bens naturais seja de difícil mensuração, a evidenciação de benefício ou danos ambientais não carece ser impedida. O impacto ambiental ocasionado pelas atividades têxteis não só pode como deve ser divulgado e tomadas as cabíveis



medidas para redução dos danos causados. Mesmo porque a dificuldade de mensuração financeira não invalida a existência de passivos ambientais.

Desse modo, no que tange a participação nos passivos ambientais, nota-se que a maioria das fábricas pesquisadas reconhece que suas atividades insustentáveis colaboram para o surgimento destes, porém frisam que isso acontece de forma indireta.

Os custos ambientais, quando não responsabilizados na indústria têxtil, serão da população, que suportará os efeitos nocivos causados ao meio ambiente. As exceções a esses casos ocorrem quando existe imposição, por parte dos órgãos competentes, de recuperação ambiental à empresa agressora dos ecossistemas. No que se refere aos programas de melhoramento ambiental, todas as indústrias pesquisadas possuem a licença ambiental do IDEMA, porém a maioria diz não haver vantagem econômica nesse tipo de adoção.

Já com relação ao uso das demonstrações contábeis como meio de divulgação da interrelação da empresa com o meio ambiente, tais assertivas não se confirmaram. A distinção entre contabilidade ambiental e contabilidade tradicional não existe, e tudo o que envolve a relação indústria e meio ambiente é inserido a contabilidade tradicional, sem ligação direta com a preservação. De modo que nenhuma das empresas pesquisadas faz uso da contabilidade baseada em elementos ambientais em sua gestão, apenas a tradicional.

Todas as questões que envolvem o meio ambiente precisam ser incorporadas aos demonstrativos contábeis, uma vez que sua relevância junto à sociedade atual é cada vez mais evidente. Também porque o impacto desta sobre os resultados empresariais ocorre a todo tempo. Por tudo isso, valer-se da contabilidade ambiental no dia a dia corporativo demonstra-se importante por facilitar a utilização e a partilha de informações que corroborem com o aprimoramento do manejo de recursos naturais, a fim de reduzir o impacto, risco ambiental, e os gastos na preservação do meio ambiente. E, desse modo, incorpora e integra partes importantes do que edifica o desenvolvimento sustentável: meio ambiente e economia.

Esse estudo apresentou como limitação o fato de não haver nenhum levantamento sobre a quantidade de indústrias têxteis existentes na cidade de Jardim de Piranhas, inviabilizando alguns métodos de amostragem estatística. Inicialmente, pretendeu-se fazer uma pesquisa num número maior de empresas. Porém, mediante a essa adversidade ficou impossibilitada uma amostragem mais abrangente de fábricas. Ainda, houve recusa de colaboração por parte de



alguns representantes das entidades escolhidas. De modo que a pesquisa foi realizada em somente dez indústrias do ramo têxtil do referido município.

Assim, como tópicos adicionais de estudo sugere-se que esta pesquisa seja ampliada, a fim de que se identifique mais minuciosamente a realidade da relação entre a indústria têxtil jardinense e o meio ambiente, e seja aplicada sua metodologia em outros ramos de atividade empresariais.



REFERÊNCIAS

BANSAL, P., Roth, K. Why companies go green: A model of ecological aresponsiveness. **Academy of Management Journal**, 43(4), 717-736, 2000.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial, conceitos, modelos e instrumentos**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BITTON, G. **Wastewater microbiology**. New York: Willey-Liss, 1994.

BRASIL, **República Federativa**. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0001-230186.PDF> . Acesso em 06 jun 2022.

BREWERTON Paul; LYNN; Millward. **Organisational research methods**. Sage, California, 2001.

BRUNI, Adriano Leal, FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e formação de Preços**. 5º edição. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2020.

CHRISTINE, Debbie; YADIATI, Winwin; AFIAH, Nunuy Nur; FITRIJANTI, Tettet. The Relationship of Environmental Management Accounting, Environmental Strategy and Managerial Commitment with Environmental Performance and Economic Performance. **International Journal of Energy Economics and Policy** | Vol 9 • Issue 5 • 2019.


DIEHI, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DONAIRE, Denis; OLIVEIRA, EDENIS Cesar de. **Gestão Ambiental na empresa – fundamentos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GONZALEZ, Candy Chamorro; MENDOZA, Ketty Herrera. Green accounting in Colombia: a case study of the mining sector. **Environment, Development and Sustainability**, [s I], v. 23, p. 6453–6465, July 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-020-00880-1>. Acesso em 28 jul 2021.

GOW, Ian D.; LARCKER, David F.; REISS, Peter C. Causal inference in accounting research. **Journal of Accounting Research**, [s I], Vol. 54 No. 2 May 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez101.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/1475-679X.12116>. Acesso em 28 ago 2021.



HALL, Randolph; LULICH, Jack. University strategic plans: What they say about innovation. **Innovative Higher Education**, [s I], v. 46, p. 261–284, Feb. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/349018639_University_Strategic_Plans_What_t hey_Say_about_Innovation. Acesso em 28 nov 2021.

KIDD, Vasco Deon; VANDERLINDEN, Sarah; HOOKER, Roderick S. A national survey of postgraduate physician assistant fellowship and residency programs. **BMC Medical Education**, [s I], p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-021-02613-y>. Acesso em 22 jul 2021.

LIN, Huijuan; ZHANG, Yan; LIU, Xueying. Empirical research on the quality of environmental accounting Information disclosure based on SPSS. *In: Journal of Physics: Conference Series*, v. 1769, 5th International Conference on Computer Science and Information Engineering (ICCSIE), Oct. 2020. Dalian. **Anais eletrônicos** [...] Dalian, China, 2020. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1742-6596/1769/1/012023/meta>. Acesso em 12 abr 2021.

MARCONE, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 3 ed., 2008.

MARION, José Carlos; TRALDI, Maria Cristina; DIAS, Reinaldo. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Aline Resmini. **Uso integrado e eficiente da água nas indústrias têxteis catarinenses**. Florianópolis, 2008. 174p. Tese (Doutorado em Engenharia Química) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Biali, et al. Impacto da não preservação ambiental no resultado de uma indústria têxtil da região metropolitana de natal. **Revista Universo Contábil**. São Paulo. FURB, v. 6, n.3, p. 80-95, jul./set., 2010. Disponível em: <http://http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1321>. Acesso em 04 jun 2022.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade gestão ambiental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TRIBUNA DO NORTE. **Jardim de Piranhas firma termo de ajustamento paracombater poluição**. Natal - RN, 12, 2009. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/municipios-assinam-tac-para-combater-poluicao-do-piranhas-acu/124166> . Acesso em 19 out 2021.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14.000**. 12 ed. São Paulo: Pioneira, 2019.



AUTORES

JESSICA DA SILVA ALVES

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Tecnóloga em Design de Moda pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

AURIS MARTINS DE OLIVEIRA

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UERN).

ROSÂNGELA QUEIROZ SOUZA VALDEVINO

Professora de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora e Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

SÉRGIO LUÍZ PEDROSA SILVA

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Temas de estudo: Geografia Econômica (aglomerados Produtivos), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



AUTORES

ADRIANA MARTINS DE OLIVEIRA

Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UnP).

JORGE FERNANDES JALES NETO

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Técnico em Contabilidade do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) - Mestre em Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho - Braga – Portugal.

SAULO MEDEIROS DINIZ

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor e coordenador dos cursos de Gestão do Cento Universitário Facex (UniFacex), Consultor/Instrutor credenciado SEBRAE/IEL, conselheiro do CRC/RN, Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UnP). e Doutorando em Ciências Contábeis na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

CASSIO RODRIGO DA COSTA ALMEIDA

Professor de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Auditor Independente. Pós-Graduado em Auditoria Contábil pela UERN. Mestre em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

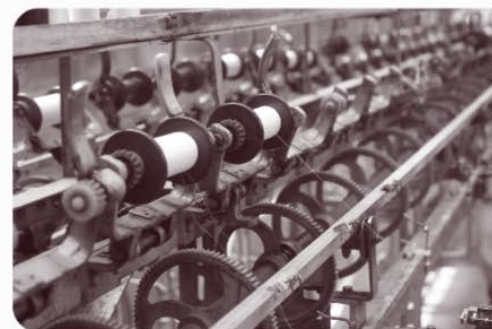
www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CONTABILIDADE AMBIENTAL

NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN:

UM ENFOQUE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO SETOR

Jessica da Silva Alves
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Adriana Martins de Oliveira
Jorge Fernandes Jales Neto
Saulo Medeiros Diniz
Cássio Rodrigo da Costa Almeida



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CONTABILIDADE AMBIENTAL

NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN:

UM ENFOQUE NOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO SETOR

Jessica da Silva Alves
Auris Martins de Oliveira
Rosângela Queiroz Souza Valdevino
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Adriana Martins de Oliveira
Jorge Fernandes Jales Neto
Saulo Medeiros Diniz
Cássio Rodrigo da Costa Almeida



2022